

O presidente contra Sarney

O "documento-compromisso" dirigido aos políticos pelo presidente Sarney, na esperança de obter-lhes a adesão ao mandato de cinco anos com presidencialismo, é impiedosa e pormenorizada condenação do governo Sarney, por absoluta ineficiência administrativa. E, não bastando este julgamento involuntário que se remete às adequadas reflexões do doutor Freud, o documento é uma declaração de dispensa precisamente do "apoio para governar" invocado pelo presidente.

São 25 os pontos para os quais Sarney deseja a assinatura-compromisso dos parlamentares, como prova de sua "determinação de respaldar o presidente nas ações que julgar convenientes, no campo legislativo, governamental e político" — a carta branca, pois. Dentre eles não há um só, como foi previsto, que envolva alguma novidade em relação aos seis pronunciamentos-compromissos anteriores de Sarney ou, posteriores àquela meia-dúzia, dos seus projetos recente mas exaustivamente divulgados.

Se o próprio presidente apresenta estes pontos como metas "para a segunda etapa" do seu governo, tendo todos os de ordem econômica e social figurado já nas primeiras metas expostas em abril de 85, é claro que o governo não cuidou de os realizar nos seus 2 anos e quase 7 meses. E apoio parlamentar não lhe faltou, pelo que disse na TV do papel da Aliança Democrática até o suposto rompimento de agora. Trata-se pois o governo Sarney, segundo o presidente Sarney, de um caso raro de nulidade administrativa. Daí, talvez, que, para montar o quadro

anterior, dos "objetivos alcançados em pouco tempo", tenha precisado recorrer a realizações que a realidade não confirma.

A escapar do mesmismo, apenas a meta nº 5 para a qual o presidente quer o "respaldo" (com tantas outras palavras para querer) dos parlamentares: "Promover o restabelecimento da nova ordem jurídica, com aprovação do complexo arcabouço legal de adaptação das leis vigentes à nova Constituição, destacando-se a legislação referente às eleições municipais de 88". Gentil, e portanto indireto, o presidente cobra aos parlamentares, não o seu apoio, mas a transferência de sua função para ele. O que faz também, com a mesma diplomacia, ao reclamar o "respaldo" (sempre ele) para "o mandato presidencial de cinco anos com os poderes que foram conferidos ao presidente da República à data de sua eleição". Ou seja, resguardar-lhe a possibilidade, estabelecida na Constituição do regime militar, de governar sem a contribuição do Congresso, pelo uso do decreto-lei.

O apoio pedido aos parlamentares "para governar" não faz sentido ainda por outro e não menos relevante motivo: nenhuma das metas de governo, mesmo, propostas pelo presidente, requer participação do Congresso. As que o exigiam já o obtiveram há muito. Todas dependem tão só de que o presidente acione seu dispositivo de governo para efetivá-las. O que, pelas mesmas razões por que não ocorreu até agora, não acontecerá "na segunda etapa" da busca exclusiva de um mandato com poderes concentrados.